

**Vacônomia - Brasil
Semana abre
com novo
round entre
Dilma-Palocci**

GAZETA BRASILEIRA

LILIANA LAVORATTI

SÃO PAULO

Não chegou ao fim a disputa dentro do governo em torno da orientação macroeconômica, atenuada na semana passada com as várias manifestações de apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, que também ganhou respaldo do empresariado e até mesmo da oposição. A partir de hoje, uma série de fatos no cenário econômico e político deverá fomentar ainda mais as divergências entre a equipe ministerial em torno da eficácia da política econômica, trazidas a público como uma queda-debraço da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, com a Fazenda, para aumentar os gastos em investimentos — o que seria alcançado com o simples cumprimento das despesas previstas na lei orçamentária.

Continua na página A-7

POLÍTICA

RUMOS DO GOVERNO*Economia - Brasil*

Semana abre com novo round entre Dilma-Palocci

Desaceleração do PIB alimenta debate no Planalto sobre ajustes na política econômica

LILIANA LAVORATTI
SÃO PAULO

Continuação da página A-1

Mais lenha para essa fogueira virá do paradoxo da atual política econômica. Hoje, o Banco Central divulga um robusto superávit primário das contas públicas; na quarta-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anuncia um encolhimento de cerca de 0,5% na economia no terceiro trimestre. Esses dados, que poderão acirrar as críticas contra o ministro da Fazenda e contar pontos a favor da ministra Dilma Rousseff, vão movimentar ainda mais uma conjuntura delicada e cada vez mais permeada pelos interesses da sucessão presidencial em 2006.

No momento que a popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nunca esteve tão baixa, o Planalto enfrenta a pressão das centrais sindicais, que

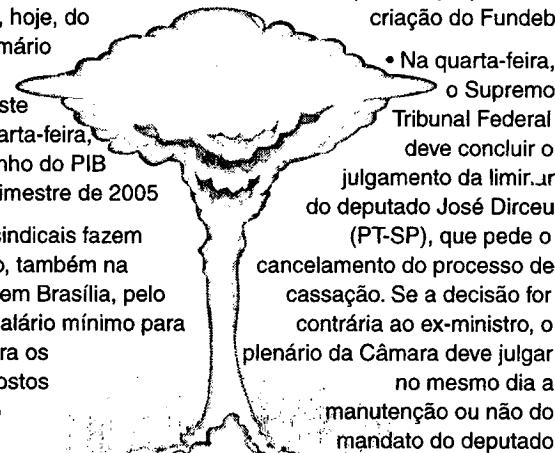
reivindicam em Brasília nesta quarta-feira o reajuste do salário mínimo, dos atuais R\$ 300 atuais para R\$ 400 — acima dos R\$ 321 previstos na proposta orçamentária em tramitação no Congresso. Querem ainda corrigir do 13% na tabela do IRPF.

Também ajudou a elevar a temperatura as declarações recentes do secretário-geral do PT, Raul Pont. Ele disse que o partido não vai apoiar a reeleição de Lula se a política econômica não for alterada. Artilharia pesada contra os juros altos foi usada pelo vice-presidente da República, José Alencar, e pelo presidente do BNDES, Guido Mântega, na sexta-feira.

As frentes de investigação no Congresso podem recolocar o ministro da Fazenda no centro das denúncias de irregularidades, apesar da promessa da oposição de não inquirir Palocci sobre acusações de propinas enquanto prefeito de Ribeirão Preto (SP). Amanhã ele volta à Câmara para explicar proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), no mesmo horário em que seu assessor especial, Ademirson Ariovaldo da Silva presta depoimento na CPI dos Bingos.

As tensões entre o Legislativo

CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO EM EBULIÇÃO

- Devem crescer as divergências entre os ministros Antonio Palocci e Dilma Rousseff com a divulgação, hoje, do superávit primário entre janeiro e outubro deste ano e, na quarta-feira, do desempenho do PIB do terceiro trimestre de 2005
 - As centrais sindicais fazem manifestação, também na quarta-feira, em Brasília, pelo reajuste do salário mínimo para R\$ 400, contra os R\$ 321 propostos pelo governo
- ARTE GAZETA
- 

e Judiciário vão permanecer enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) não tomar a decisão final sobre o recurso do deputado José Dirceu (PT-SP), o que está agendado para quarta-feira. Nesse dia, o ministro Sepúlveda Pertence, ausente da sessão em que o julgamento terminou empatado na semana passada, deverá votar a favor ou contra o ex-ministro da Casa Civil. Pelo que foi decidido até agora, o Supremo poderá derrubar o pedido de Dirceu ou mandar refazer parte dos depoimentos, o que le-

vará a decisão sobre a cassação ou não do mandato do deputado para o ano que vem. Mas é pouco provável que o tribunal anule o processo em que o Conselho de Ética da Câmara recomenda a cassação do deputado petista. E em mais um lance permeado pelos interesses eleitorais, a oposição ameaça não votar a proposta orçamentária enquanto não for votada a cassação do deputado José Dirceu no plenário da Câmara, adiado por três vezes.

A divulgação, quarta-feira, da desaceleração do PIB entre julho

e setembro é munição nova para os aliados do presidente que consideram excessivo o aperto monetário e querem acelerar a queda dos juros. O crescimento pífio estimado para 2005 em 2,5% também é atribuído ao rígido controle dos gastos governamentais para gerar caixa destinado ao pagamento de juros da dívida pública.

“Embora Lula tenha deixado claro que quer Palocci até o fim do governo e, com isso, a manutenção do esforço nas contas públicas, exigiu as providências para um maior impulso na economia daqui para frente”, declarou um parlamentar com trânsito no Planalto. Ou seja, o ministro da Fazenda fica, mas tudo indica que efetuará alguns ajustes na política econômica, como a redução mais intensa da Selic e o aumento dos investimentos federais no próximo ano.

De acordo com observadores da Esplanada, ao pleitear mudanças na política econômica, Lula não pretende colocar em risco a estabilidade, mas deseja um pragmatismo maior, traduzido em mais crescimento econômico. Além disso, quer criar uma dinâmica de realização na reta final do governo, acelerando os gastos previstos no Orçamen-

to e para os quais existem recursos disponíveis. De janeiro a setembro deste ano, todos os ministérios liquidaram R\$ 2,7 bilhões em despesas de investimentos, de um total de R\$ 7 bilhões de gastos contratados no mesmo período, cerca da metade dos R\$ 13,6 bilhões disponíveis no Orçamento deste ano, já garantida a meta de superávit primário de 4,25% do PIB.

Os defensores de uma flexibilização no controle de gastos terão um argumento reforçado a partir de hoje com a divulgação do superávit primário acumulado de janeiro a outubro. Até setembro, essa poupança era de 6,1% do PIB (R\$ 86,5 bilhões), bem acima da meta oficial de 4,25% do PIB (R\$ 83,6 bilhões) fixada para todo 2005.

No entanto, a dimensão do que será feito dependerá do que exceder do superávit primário adotado. Não foi confirmada oficialmente a informação de que o presidente teria aceito elevar a meta para cerca de 4,75% do PIB, exigência do ministro Palocci para permanecer no cargo. A área econômica precisa disso para que em dezembro a relação entre a dívida pública e o PIB fique pelo menos no nível de 2004 — 51,7% do PIB.